



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

**CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

1  
2  
3 A quinquagésima segunda reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar  
4 no auditório da SEMA, Anexo Othelo Rosa, rua Carlos Chagas, número cinquenta e cinco,  
5 décimo primeiro andar, Porto Alegre-RS, no dia vinte e um de outubro do ano de dois mil e  
6 nove, às quatorze horas e trinta minutos. **Compareceram** os Conselheiros: Giancarlo Tusi  
7 Pinto, SEMA - Presidente; Bernardete Castro, SOP – suplente; Margareth Vasata Silva,  
8 Secretaria do Planejamento e Gestão – suplente; Israel Barcelos Abreu, Secretaria da  
9 Saúde – suplente; André Agne Domingues, Casa Civil – suplente; Márley Caetano de  
10 Mendonça, Sistema Nacional de Recursos Hídricos - titular; Teresinha Guerra, Comitê do  
11 Lago Guaíba – titular; Leda Famer, Comitê Tramandaí – titular; João Francisco Giuliani,  
12 Comitê Santa Maria – titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari-Antas – suplente; Lenison  
13 Maroso, Comitê Apuaê-Inhandava – titular. **Ausentes:** Eduardo Krause, Secretaria dos  
14 Transportes; Marta Hermínia Dias, SEDAI - suplente João Carlos Félix, Secretaria da  
15 Energia, Minas e Comunicações; Tarso Isaia, Sistema Nacional de Meio Ambiente –  
16 suplente. **Ausência Justificada:** Luis Carlos De Leon Valente, Secretaria da Agricultura –  
17 suplente; Aloisio Sirangelo Braun, Secretaria da Ciencia e Tecnologia – suplente; Claudio  
18 Marcelo Marques de Moraes, Comitê Baixo Jacuí – titular e Tania Zoppas, Comitê Caí -  
19 suplente. **Demais participantes:** Sergio Martini, Comitê Vacacaí; Tomaz Galvão de Bem,  
20 Comitê Ijuí; Maurício Colombo, Comitê Gravataí; Carlos Alvin Heine, CORSAN; Silvia  
21 Devantier, Comitê Camaquã; Julio Vasconcelos, Comitê Santa Maria; Paola Guma, Comitê  
22 Santa Maria; Claud Goellner, Comitê Passo Fundo e Alto Jacuí; Valdir R. da Luz e João  
23 Morais, Câmara de Vereadores de Sapiranga; Ada Piccoli, Comitê Gravataí; Ronaldo Nery,  
24 SIUMA; Paulo Paim, DRH/SEMA; Carmem Silva, Vania Oliveira e Ana Elizabeth Carara,  
25 Secretaria Executiva do CRH/RS. O Presidente deu inicio a reunião informando não haver  
26 quórum para deliberações, seguindo a pauta enquanto aguardamos fechar o quórum. **I -**  
27 **Comunicações:** **1.** O Presidente comunicou o recebimento das justificativas de ausência de  
28 Cláudio Marcelo Marques Moraes, Comitê Baixo Jacuí, Aloísio Sirangelo Braun, Secretaria  
29 da Ciência e Tecnologia, Tânia Zoppas, Comitê Caí; Luis Antonio De Leon Valente,  
30 Secretaria da Agricultura. **2.** Ofício n<sup>o</sup> 12/09 - Apuaê-Inhandava sobre a cobrança pelos  
31 usos da água na sub bacia hidrográfica do Arroio Tigre, a ser implantada a partir de julho de  
32 2010, no valor de dois centavos de real por metro cúbico de água. Solicitam ainda a inclusão  
33 de uma rubrica no orçamento de 2010, de 80 mil reais no FRH/RS. O Presidente Giancarlo  
34 informou que havia encaminhado o Ofício ao FRH para análise. que ainda estão estudando  
35 como vai ficar a cobrança pelos Comitês dentro do FRH. Atendendo a solicitação do Prof.  
36 Claud, Comitê Alto Jacuí, o Presidente colocou a palavra a sua disposição. Claud agradeceu  
37 ao Presidente Giancarlo e a secretária Ana Elizabeth a oportunidade da divulgação do  
38 Simpósio do Uso da Água na Agricultura, ampliado para os usos múltiplos em 2011. Falou  
39 do sucesso que foi o anterior e informou que as inscrições já podem ser feitas na página do  
40 Comitê a partir de novembro de 2009. O Presidente Giancarlo anunciou haver quórum para  
41 as decisões. **II – Ordem do Dia – Item 1. Discussão e aprovação da ata da 51ª reunião**  
42 **ordinária do CRH/RS** – Conforme o Regimento Interno o Presidente informou a dispensa  
43 da leitura. Ata aprovada. **Item 2. Criação do Comitê de Gerenciamento da Bacia do Rio**  
44 **Mampituba** – Paulo Paim disse que há anos a comunidade desta bacia se mobiliza e agora  
45 há uma possibilidade concreta, a partir da própria participação da Agência Nacional de  
46 Águas, que os Estados do RS e SC assumam a gestão compartilhada na bacia hidrográfica.  
47 A ANA delegará aos Estados a responsabilidade da Outorga. A bacia do Mampituba, apesar  
48 de pequena, tem grandes conflitos. Talvez aqui no RS só superada pela bacia do arroio  
49 Velhaco. Durante muito tempo foi pleiteado um Comitê de bacia, mas o governo federal,  
50 através da ANA, nunca quis um Comitê. O Ministério também não se mobilizou e o processo  
51 não andou. Agora parece que as condições são outras. Neste momento, o que está sendo  
52 encaminhado, é que o CRH autorize a SEMA a avançar nesta articulação com Santa  
53 Catarina, no ponto de vista prático. Paim então fez a leitura da minuta enviada pelo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 Conselho Estadual de Santa Catarina, a ser assinada no próximo dia 12 de novembro em  
55 Passo de Torres pelos dois Estados. O Conselheiro Marley disse que esta demanda do  
56 Mampituba levou a pensar na construção de uma resolução do CNRH que possibilitasse a  
57 descentralização em áreas como a do Mampituba onde há uma demanda de criação de  
58 Comitês por conta das limitações da administração pública: ANA, MMA com a possibilidade  
59 de atendimento imediato, cujo grau de mobilização se justifica a criação de um Comitê.  
60 Haveria uma delegação por parte da ANA, CNRH. A proposta foi modificada  
61 substancialmente no processo de discussão dentro do CNRH. Ainda há a possibilidade de  
62 esta normatização ir à consideração do plenário na última reunião deste ano ou na primeira  
63 do próximo ano do CNRH. Sugeriu que a região acompanhasse ativamente, até mesmo  
64 como uma forma de pressão. O Presidente Giancarlo deixou à palavra a disposição, mas  
65 como não houve manifestações colocou em aprovação o apoio à SEMA Aprovada uma  
66 Moção. Antes de dar seguimento à pauta, o Presidente registrou a presença dos vereadores  
67 Valdir Luz e João Morais da Câmara Municipal de Sapiranga que vieram a convite do  
68 Comitê Cai. **Item 3 – Processo nº 1342-0500/08-3 Resolução dos critérios de acesso ao**  
69 **Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos pelos municípios** – Dr. Renato Walter,  
70 Presidente da CTIJ, fez o relato sobre todo o processo de criação da resolução. A  
71 Conselheira Leda Famer sugeriu suprimir o parágrafo primeiro do artigo 2º: “*Os municípios*  
72 *pertencentes à Bacia Hidrográfica que ainda não tem enquadramento aprovado, poderão se*  
73 *habilitar nos termos desta Resolução, desde que sejam destinados, concomitantemente*  
74 *recursos para o respectivo Enquadramento*”. Após manifestações, o Presidente Giancarlo  
75 colocou em votação o texto base. Aprovado. A seguir, a sugestão de supressão do  
76 parágrafo 1º do artigo 2º. Aprovada. **Item 4 – Processo nº 00939-0500/08-2 – Resolução**  
77 **de critérios de outorga na bacia do arroio Velhaco** – O diretor Paulo Paim pediu  
78 desculpas, pois não providenciou a minuta em arquivo digital para apresentação e solicitou a  
79 remoção da pauta e a sua inclusão na reunião seguinte do CRH. Sua urgência em trazer  
80 este assunto ao CRH era pela renovação das atuais outorgas e os problemas dos  
81 produtores com o Banco do Brasil. No entanto informou que as outorgas precárias já haviam  
82 sido renovadas por um ano. Aprovada a retirada de pauta. **Item 5 – Processo nº 4420-**  
83 **0500/08-4 – Condomínio Millenium** – O Presidente disse que na realidade se tratava de  
84 uma comunicação ao CRH, referente a multas aplicadas ao Condomínio Millenium e  
85 apresentaram recurso. Encaminhou à Câmara Técnica de Assuntos Institucionais e  
86 Jurídicos para análise do Recurso apresentado. **Item 6 – Processo nº 1340-0500/08-8 –**  
87 **Parecer OAB** - Renato Walter, Presidente da CTIJ, explicou ser um requerimento do Comitê  
88 Ibicuí para que a Ordem dos Advogados do Brasil pudesse participar do Comitê. O processo  
89 já tramitou na CTIJ, passou pelo CRH e retornou a CTIJ para responder se é de  
90 competência do CRH deliberar e se outros conselhos de profissionais poderão pleitear  
91 representação nos Comitês de Bacias. Procedeu a leitura do Parecer da relatora do  
92 processo, Dra. Izaura, confirmando que é sim de competência do CRH deliberar sobre a  
93 participação de entidades nos Comitês. Quanto ao segundo questionamento, o parecer foi  
94 favorável à candidatura da Ordem a uma vaga nos Comitês. Após amplo debate sobre o  
95 assunto, ficou decidido que os profissionais advogados poderão participar através dos  
96 Institutos ou Associações de advogados e a proposta de participação da OAB foi rejeitada  
97 por unanimidade. **Item 7 – Moção à Proposta de Emenda Constitucional nº 43 –**  
98 **“Dominiabilidade das Águas Subterrâneas”** – Carlos Heine, Presidente da Câmara  
99 Técnica de Águas Subterrâneas - CRH, apresentou a minuta e relatou que a Proposta da  
100 Emenda Constitucional foi criada em 2000, pelo senador Julio Eduardo para definir a  
101 titularidade das águas subterrâneas e esse assunto ficou parado no Senado e reativado a  
102 partir deste ano. Então, a CTAS-CNRH criou uma comissão e foi ao Senado solicitar que  
103 esse assunto fosse tratado em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente do Senado  
104 com a participação da ANA, órgãos gestores estaduais e ABAS. Dentro da CTAS-CNRH foi  
105 solicitado que as Câmaras Técnicas Estaduais enviassem Moção de apoio ao Senado para  
106 que a PEC seja definitivamente encerrada e a titularidade das águas subterrâneas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 permaneça com os Estados. O Conselheiro Marley sugeriu que a redação da minuta seja  
108 refeita e se preocupem com o trabalho de articulação e integração do Ministério do Meio  
109 Ambiente e Conselho Nacional de Recursos Hídricos quer fazer com os Estados. Aprovada  
110 a idéia da minuta de Moção, que contraria a PEC 43 e o texto será feito pelo diretor Paulo  
111 Paim, na parte técnica, e Dr. Renato Walter nos moldes jurídicos. **III – Assuntos Gerais** – O  
112 Conselheiro Giuliani lembrou que temos de longa data uma demanda absurda pelos  
113 métodos até agora propostos e utilizados para a manutenção dos Comitês. O que cria para  
114 todos os Comitês um constrangimento enorme, inclusive os que estão sediados em  
115 entidades conveniadas como as universidades que acabam arcando com as despesas e  
116 outras entidades que não pertencem ao Sistema e ancoram esse órgão que é fundamental  
117 para que essa lei consiga por em prática o texto que a gente sempre procurou obedecer.  
118 Ora o Comitê faz parte da Lei 10.350/94, onde diz que todos os órgãos constituintes da  
119 SEMA tem função cada uma importante para o conjunto do objeto que se propõe, sempre  
120 imaginamos que os Comitês de bacia são órgãos do aparelho do Estado criados por lei para  
121 que os assuntos de recursos hídricos andem. Só que o entendimento não tem sido geral por  
122 parte de quem analisa as dificuldades pelas quais passam os Comitês e que se obrigaram a  
123 buscar um recurso aleatório, embora exista dinheiro no FRH e a dotação votada neste  
124 Conselho para essa manutenção. A CAGE, o órgão fiscalizador, sempre embarga as  
125 prestações de contas, e quando elas são aprovadas, a demora na liberação de novos  
126 convênios é um martírio. Se de fato a lei diz que os Comitês são do aparelho do Estado  
127 dentro da legislação de recursos hídricos cabe a SEMA na dotação orçamentária para a sua  
128 manutenção inclua os Comitês e que se passe a vigorar. *É uma lâmpada no final do túnel*  
129 afirmou. A Conselheira Leda Famer informou que o convênio do Tramandaí está parado há  
130 um ano, sempre falta um *papelzinho* e reforça que seja revista a legislação. Aproveitou para  
131 falar do PL 154 que está tramitando na Assembléia Legislativa do Estado e solicitou que  
132 CRH e o CONSEMA pudessem compor um Grupo de Trabalho que estudasse o PL, *pois*  
133 *tudo que ganhamos na Legislação Ambiental estamos a ponto de perder*, disse. O  
134 Presidente Giancarlo comunicou que o Secretário Berfran tinha solicitado à Casa Civil que  
135 esse assunto fosse enviado ao CRH e ao CONSEMA para ser debatido. Maurício Colombo  
136 informou que o PL 154 será debatida pelo Fórum Gaúcho de Comitês, na parte da manhã,  
137 no dia 29 de outubro de 2009, na Assembléia Legislativa, com a Comissão de Agricultura e  
138 Agropecuária e vereador Beto Moesh. Valery Pulgatch, IRGA, lembrou o Grupo de Trabalho  
139 criado no início do ano pelo CRH para definição de curso de água e confirmou que houve  
140 uma reunião e o assunto está parado. Solicitou que o GT retome e conclua seu trabalho.  
141 Ana Elizabeth informou que participou da reunião do GT como representante da SEMA e  
142 que tiveram o entendimento de que haveria um movimento na CTIL do CNRH e o GT  
143 participaria das discussões e estavam no aguardo. O Presidente Giancarlo confirmou que,  
144 em visita ao MMA, a Dra. Isabela, secretária executiva do Ministério, teria solicitado que o  
145 um relato do GT fosse encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente para motivar o  
146 Conselho a se manifestar. Julio Vasconcelos, Presidente do Fórum Gaúcho de Comitês,  
147 retomando ao que o Conselheiro Giuliani discorreu sobre a manutenção dos Comitês,  
148 recomendou a ativação do Grupo de Trabalho aprovado em reunião anterior, composto por  
149 um membro DRH, um membro da Assessoria Jurídica da SEMA e um Comitê de cada  
150 região hidrográfica. O diretor Paulo Paim, a pedido do Presidente do Comitê Apuaê-  
151 Inhandava que teve de sair antes da reunião, solicitou que a correspondência lida no início  
152 da reunião fosse contextualizada, pois é o resultado do trabalho técnico e de discussões  
153 envolvendo todos os usuários da água nos moldes do DRH e FEPAM para ser pautado na  
154 próxima reunião do CRH. Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente Giancarlo Tusi  
155 Pinto encerrou a reunião e eu Paulo Paim, em substituição à Ana Elisabeth, lavro esta ata.